

- Cada item da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Em sua prova, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação Hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

PROVA OBJETIVA

Acerca do conceito e da relevância da estatística e da análise criminal no âmbito da segurança pública, julgue os itens a seguir.

- 1 A Análise Criminal Tática (ACT) estuda o fenômeno da criminalidade e suas influências no médio prazo visando subsidiar os operadores de segurança pública que atuam diretamente no policiamento ostensivo e repressivo.
- 2 Para a análise criminal, os diferentes tipos de séries estatísticas constituem sequências de números absolutos da criminalidade desprovidos de um contexto temporal e geográfico.
- 3 Segundo a teoria das atividades rotineiras, a vítima tem um papel secundário e passivo para a determinação da circunstância do crime.
- 4 A análise criminal representa uma metodologia de produção de conhecimento realizada por meio de atividades de coleta, organização e interpretação de dados, visando identificar padrões e tendências de crimes, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planejamento das ações de segurança pública.

Julgue os itens a seguir, relativos aos institutos da personalidade e da capacidade.

- 5 Os atos da vida civil praticados por pessoas consideradas relativamente incapazes, sem a devida assistência, são nulos.
- 6 A morte poderá ser presumida, sem declaração de ausência, por sentença judicial, caso seja extremamente provável a morte de pessoa que estava em situação de perigo de vida.
- 7 Os menores de dezesseis anos de idade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

Acerca do direito das obrigações, julgue os próximos itens.

- 8 A licitude do objeto é requisito objetivo de validade dos contratos.
- 9 Na obrigação de fazer, o devedor assume o compromisso de se abster de algum ato para atender ao interesse jurídico do credor ou de terceiros.
- 10 A cláusula penal é um pacto acessório cuja única função é punir o inadimplemento de uma das partes.

Julgue os itens subsequentes, relativos a posse e direito de propriedade.

- 11 **Situação hipotética**: Na linha divisória dos terrenos de João e José, que são vizinhos, está fincado o tronco de uma árvore frutífera cujos frutos caem naturalmente apenas no terreno de José. **Assertiva**: Nessa situação, a árvore pertence de modo comum aos dois proprietários confinantes e, por essa razão, José deverá repartir com João os frutos que estão caindo em seu terreno.
- 12 A usucapião aplica-se aos bens móveis e imóveis e aos bens públicos.
- 13 É possuidor de boa-fé aquele que adquire coisa furtada sem conhecer esse fato.

Em relação aos crimes contra a administração pública, julgue os próximos itens.

- 14 Deverá responder por crime de corrupção ativa o particular que oferecer vantagem indevida a policial, no intuito de evitar que este pratique ato de ofício.
- 15 O crime de prevaricação será atribuído a agente que, por indulgência, deixar de responsabilizar subordinado que praticou infração funcional.
- 16 Comete crime de comunicação falsa de crime o agente que, perante autoridade policial, se acusa, falsamente, de ilícito praticado por outrem.

Julgue os itens seguintes, no que diz respeito à lei penal.

- 17 Em relação ao tempo do crime, aplica-se a teoria da ubiquidade, que considera praticado o crime no momento da ação ou omissão ou no momento do resultado.
- 18 A lei penal poderá retroagir para beneficiar o réu, hipótese em que atinge sentenças condenatórias já transitadas em julgado.

Acerca de direito penal, julgue os itens subsequentes.

- 19 O partícipe não deve responder pelo crime mais grave quando a conduta do executor se apresenta de tal modo alheio a sua quota de contribuição, moral ou material, que signifique um rompimento da cadeia causal.
- 20 A hipótese de um homicídio cometido por militar que, em situação de guerra, mata o inimigo, é compatível com o exercício regular de direito.
- 21 O agente será responsabilizado por crime culposo, quando agir tanto com culpa inconsciente quanto consciente; na primeira hipótese, o agente não prevê o resultado, apesar de previsível, já na segunda, o resultado é previsível, contudo o agente confia em sua habilidade para evitá-lo.
- 22 **Situação hipotética:** João, ao perceber que havia esquecido seu celular na loja A, onde estivera no dia anterior, retornou ao local em busca do aparelho. Ao não encontrar o objeto, ele tomou para si o celular do dono do estabelecimento, supostamente de valor igual ao seu prejuízo, acreditando realmente ter o direito de fazer justiça pelas próprias mãos. **Assertiva:** Nessa situação, a conduta de João caracteriza erro de proibição.

De acordo com o direito processual penal, julgue os itens a seguir.

- 23 No sistema acusatório, o juiz deve ser provocado pelo Ministério Público ou pelo ofendido, conforme a modalidade da ação penal.
- 24 Na hipótese de o delegado não encontrar indícios de autoria do crime, o inquérito policial deverá ser encaminhado diretamente ao juiz, o qual deverá arquivar, de ofício, o inquérito em questão.
- 25 Na hipótese de ação penal em que a acusação e a defesa concordam quanto à autoria e à materialidade do crime, se houver dúvida em relação ao fato de o réu ter agido em legítima defesa, o ônus da prova será exclusivamente da defesa, já que os demais fatos são incontroversos.
- 26 Em se tratando de crime de ação penal pública, caso a vítima perdoe o acusado, o Ministério Público deverá desistir da ação proposta e manifestar-se pela absolvição do acusado.

Julgue os itens seguintes, relativos à prova criminal.

- 27 No procedimento de reconhecimento de pessoa, é indispensável que a pessoa que será submetida ao reconhecimento seja colocada ao lado de outras pessoas com fisionomia semelhante.
- 28 Em decorrência do poder de polícia, o policial pode solicitar que o condutor de um carro saia de dentro do veículo para ser submetido à busca pessoal, independentemente de haver fundada suspeita do cometimento de ilícito penal.
- 29 Embora a decisão do juiz deva ser fundamentada, para formar sua convicção na sentença, ele pode desconsiderar as conclusões do laudo pericial.

No que se refere à prisão processual, julgue os itens que se seguem.

- 30 Considera-se em flagrante delito o agente que, logo após praticar o fato criminoso, é perseguido ininterruptamente até ser alcançado.
- 31 A prisão temporária restringe-se à fase do inquérito policial e, ao findar o prazo legal dessa modalidade de prisão, o preso deverá ser, imediatamente, colocado em liberdade.

No que diz respeito à polícia judiciária militar, julgue os itens a seguir.

- 32 O comandante geral da Polícia Militar pode delegar as atribuições de polícia judiciária militar a um oficial da ativa ou da reserva remunerada.
- 33 Se um capitão da Polícia Militar for suspeito do cometimento de crime militar em sua corporação, o encarregado desse inquérito policial militar deverá ser um oficial superior ou, na impossibilidade de designação deste, poderá ser um capitão, desde que seja mais antigo.
- 34 Se, no dia 13/6/2016 — segunda-feira —, um policial militar faltar ao expediente sem autorização e sem motivo justo, estará caracterizado, a partir da zero hora do dia 20/6/2016, o crime de deserção.
- 35 A polícia judiciária militar, representada por autoridades militares, deve atuar de modo repressivo, com o objetivo de apurar infrações penais militares, para, mediante a identificação da autoria e da materialidade dessas infrações, oferecer subsídios para o Ministério Público (MP) propor ação penal.
- 36 É vedada a concessão do benefício de suspensão da pena a policial militar que tenha sido condenado por crime de deserção.

Com relação ao inquérito policial militar (IPM), julgue os itens que se seguem.

- 37 Se uma autoridade militar prender em flagrante delito determinado policial militar que tenha cometido crime militar, a instauração de inquérito policial militar consistirá em fase obrigatória da persecução penal.
- 38 Entre as atribuições do encarregado pelo inquérito policial militar inclui-se determinar, caso seja necessário, a realização de exame de corpo de delito e de quaisquer outros exames que sejam importantes para a apuração da infração penal militar.
- 39 Considera-se flagrante delito próprio a prisão do fugitivo que, logo após o cometimento de crime militar, tenha sido perseguido e encontrado em situação que permitisse presumir ser ele o autor da infração.
- 40 O inquérito policial militar é inquisitivo devido ao fato de ser garantido ao acusado o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 41 A oficiosidade do inquérito policial militar deve-se ao fato de sua atividade investigatória ser feita por órgãos oficiais.

A respeito da prisão em flagrante, da prisão temporária e da interceptação de comunicações telefônicas em razão do cometimento de crime militar, julgue os itens subsequentes.

- 42 O juiz competente poderá determinar a interceptação das comunicações telefônicas de policial militar que seja réu em ação penal, em decorrência da suspeita de cometimento de crime militar cuja pena máxima prevista seja detenção.
- 43 A nota de culpa é uma das peças do auto de prisão em flagrante delito militar.
- 44 Se um capitão da polícia militar for encarregado de conduzir inquérito policial militar no qual o agente indiciado por suposto crime de roubo seja um tenente da corporação, esse capitão, de acordo com o Código de Processo Penal Militar, pode representar perante o juiz competente a prisão temporária do agente em questão.
- 45 A autoridade civil poderá lavrar auto de prisão em flagrante devido ao cometimento de crime militar, caso essa prisão ocorra em lugar não sujeito à administração militar.

No que se refere à organização da justiça militar estadual, às características do inquérito policial militar (IPM) e aos princípios do processo penal militar, julgue os itens seguintes.

- 46 **Situação Hipotética:** Um tenente da PM/CE, em razão do cometimento de crime militar, estava sendo processado pela Justiça do estado quando, no curso do processo, foi decretada e executada sua prisão cautelar. **Assertiva:** Nessa situação, a prisão cautelar, de acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, não ofende a Constituição Federal de 1988.
- 47 Se ocorrer vício na fase inquisitorial de ação penal militar que tenha como réu oficial da PM/CE, a referida ação penal militar deverá ser anulada.
- 48 Se um tenente da PM/CE for preso em razão do cometimento do crime de furto nas instalações de sua corporação, o chefe do Ministério Público estadual designará livremente um promotor de justiça para propor a ação penal militar específica.
- 49 Se, durante um patrulhamento ostensivo, um tenente da Polícia Militar do estado do Ceará (PM/CE) abordar um civil e causar-lhe lesões corporais sem motivo justo, o referido tenente deverá ser processado e julgado pelo Conselho de Justiça Permanente da Justiça Militar do estado em questão.
- 50 Tenente da PM/CE que, em decorrência da prática de crime militar, tenha sido condenado, em primeiro grau, pela Justiça Militar do referido estado poderá recorrer, em segundo grau, ao Superior Tribunal Militar.

Julgue os próximos itens, relativos a domicílio, denúncia na Justiça Militar, medidas assecuratórias e extinção da punibilidade no processo penal militar.

- 51 O juiz pode reconhecer a extinção da punibilidade no curso da ação penal militar.
- 52 Os alojamentos situados em unidades militares não são classificados como domicílio.
- 53 Se, devido à suspeita de cometimento de crime militar, um oficial da PM/CE for indiciado em IPM, mas o Ministério Público entender que não houve crime, o membro do Ministério Público poderá solicitar que o juiz arquite o inquérito.
- 54 O juiz pode decretar o sequestro dos bens do réu em qualquer fase do processo judicial militar.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos aspectos gerais de grandes eventos e sua relação com a psicologia de massas aplicada ao policiamento.

- 55 Conforme o modelo de estudo do ciclo motivacional, as reações das pessoas presentes em um grande evento são influenciadas por fatores psicológicos mais relacionados ao comportamento coletivo que ao individual.
- 56 De acordo com a teoria da Pirâmide de Maslow, as pessoas devem atender suas necessidades fisiológicas básicas antes de satisfazer suas demais necessidades, para que consigam, então, atingir a autorrealização.
- 57 Em eventos esportivos, a maioria dos torcedores classificados como fanáticos violentos comparecem essencialmente para prestigiar o evento, mas, no transcorrer deste, decidem gerar tumultos e brigas.
- 58 Para fins de policiamento, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) elaborou o Plano Tático Integrado de Segurança, segundo o qual se considera grande evento a celebração que, entre outras características, seja destaque na mídia local e(ou) internacional devido à participação de um grande número de organizadores, atletas, celebridades, chefes de Estado e turistas.
- 59 Conforme a classificação de grandes eventos adotada pela SESGE, uma conferência ambiental internacional é um evento categorizado como extraordinário.
- 60 Estudos psicológicos acerca do comportamento da plateia em um grande evento demonstram que o represamento da tensão pode acarretar quebra da homeostasia corporal, cujos efeitos se manifestam em demonstrações de agressividade, descontentamento e tensão emocional.

Acerca do planejamento do policiamento de grandes eventos, bem como dos vários elementos a serem considerados nesse processo, julgue os itens a seguir.

- 61 Para se estabelecer os objetivos do policiamento em um grande evento, devem ser observados, além da categoria e(ou) tipo do evento, características como tamanho, participação do governo e ameaças ambientais.
- 62 Os protagonistas do espetáculo (geralmente artistas e atletas) representam o elemento mais importante a ser considerado no planejamento e na execução do policiamento, pois eles são o motivo do comparecimento do público ao evento.

Com relação à legislação que normatiza o policiamento e o gerenciamento de crises em grandes eventos no estado do Ceará, julgue o seguinte item.

- 63 Cabe à Polícia Militar do Estado do Ceará garantir o cumprimento da legislação estadual que proíbe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas a um raio de trezentos metros de qualquer estádio e(ou) ginásio esportivo de Fortaleza em dias de jogos, durante as quatro horas que antecedem o início da partida até uma hora após seu término.

A respeito dos fatores potencialmente motivadores de uma crise em um grande evento, julgue o próximo item.

- 64 Um policial militar de serviço em um grande evento poderá contribuir para a instalação de uma situação de crise se agir por iniciativa própria.

Com relação às técnicas e táticas empregadas no policiamento e nas formações para o controle de distúrbio civil (CDC) em grandes eventos, julgue os itens a seguir.

- 65 Em arquibancadas de estádios de futebol, é recomendado o uso da formação CDC em sua forma original, mantendo-se a posição em linha no degrau mais alto do lance de arquibancadas. Havendo necessidade de deslocamento, este deverá ser feito em coluna por um, abordando-se o foco do problema preferencialmente de cima para baixo, com o objetivo de promover a dispersão da massa para as rotas de fuga e saídas de emergência.
- 66 Nas áreas de locais fechados destinadas ao público em pé, o padrão de ocupação aceitável é de até cinco pessoas por metro quadrado, podendo, nos casos de lotação máxima, haver até seis pessoas por metro quadrado, a fim de se garantir o conforto e a mobilidade do público.

Considerando os padrões de comportamento do público como referência para a ação policial militar em grandes eventos, julgue os itens subsequentes.

- 67 Em ações de CDC, a utilização de agentes químicos no interior do local de um evento é recomendável, desde que observada a distância mínima de segurança entre a tropa e o alvo das ações.
- 68 Sendo uma das formas de expressão do coletivo social, a multidão corresponde a pessoas reunidas para demonstração de sentimento hostil ou simpático a determinada autoridade ou a algum movimento econômico ou social.

Julgue os próximos itens, referentes ao planejamento e à execução do policiamento ostensivo e especializado em praças desportivas.

- 69 Em uma praça desportiva, a observação do comportamento do público constitui medida a ser adotada antes do início do evento nos locais de atuação do policiamento.
- 70 A obrigatoriedade de assentos fixos e numerados nos estádios de futebol, apesar de limitar a superlotação, não interfere nas recomendações estabelecidas pelos manuais de orientação técnica acerca do policiamento em praças desportivas.
- 71 Em um jogo de futebol, a tropa especializada em eventos deverá ser empregada somente na área interna do estádio. Na área externa, por sua vez, deverá ser empregado o efetivo especializado em ações de controle e dispersão de multidões, com apoio do policiamento ostensivo geral.
- 72 Nem todos os policiais militares que estejam atuando no evento esportivo devem ter conhecimento acerca das especificidades do local do espetáculo público, uma vez que tal conhecimento é restrito a determinados policiais que estejam desempenhando funções específicas.
- 73 Quanto à finalidade de uso, as praças desportivas são classificadas em públicas e privadas.
- 74 Em praças desportivas, a distribuição do policiamento nos postos efetivos e de momento é realizada conforme os serviços estabelecidos e a complexidade do evento esportivo.
- 75 As casas de força e os geradores de uma praça desportiva são exemplos de postos de serviços localizados em área externa, onde deve haver policiamento.

Julgue os itens subsequentes, relativos à atuação do policiamento em uma praça desportiva.

- 76 Nos dias de jogos, o efetivo do policiamento externo deverá atuar na área imediata ao estádio, ou seja, nos locais propensos ao encontro de torcidas organizadas de times opostos, realizando a escolta de torcidas e delegações e agindo de forma a evitar a execução de eventuais delitos, como roubos e consumo de entorpecentes.
- 77 O planejamento operacional para o policiamento de um estádio de futebol inicia-se horas antes da realização do evento e se encerra com a execução do plano de ação devidamente aprovado pela Polícia Militar, em conformidade com o Estatuto do Torcedor.
- 78 Cabe ao comandante do policiamento determinar se as torcidas opostas presentes em determinado evento esportivo deixarão o estádio simultaneamente ou se uma delas deverá permanecer nas arquibancadas até que a outra tenha deixado as ruas circundantes ao estádio.

No que se refere à legislação aplicada para garantir a segurança do torcedor em uma praça desportiva, julgue os itens a seguir.

- 79** Vender ingressos de evento esportivo por preço igual ao estampado no bilhete não constitui a prática de cambismo e, portanto, não pode ser considerado crime.
- 80** A ação de fiscalizar o ingresso, a circulação e a localização dos espectadores constitui competência natural da administração do estádio.

A respeito do policiamento em praças desportivas, julgue os itens que se seguem.

- 81** Caso os meios de comunicação empregados pela polícia durante o policiamento em uma praça desportiva fiquem inoperantes, o sistema de alto-falantes do local e megafones deverão ser utilizados, com a devida rapidez e discricão, como meio de comunicação do policiamento.
- 82** Conforme dispõe o Estatuto do Torcedor, devem ser disponibilizados um médico e dois enfermeiros para cada dez mil torcedores presentes em uma praça desportiva.

Considerando os modelos de policiamento e as teorias sobre polícia comunitária, julgue os itens a seguir.

- 83** O policiamento motorizado e aleatório viabiliza a atuação mais rápida das forças policiais no que se refere às respostas aos chamados de emergência bem como resulta, invariavelmente, no aumento do número de prisões.
- 84** A teoria das janelas quebradas tem como premissa fundamental a repressão a pequenos delitos ou contravenções — microcriminalidade —, com o objetivo de prevenir delitos mais graves — macrocriminalidade.
- 85** O modelo reativo do policiamento tradicional, caracterizado pelo policiamento ostensivo, gera maior sensação de segurança pública, com plena eficácia na prevenção e na repressão de delitos.

Acerca dos conceitos de comunidade, de polícia comunitária e de policiamento comunitário, bem como de aspectos a eles relacionados, julgue os itens que se seguem.

- 86** O conceito de polícia comunitária refere-se a uma filosofia organizacional que vincula indistintamente todos os órgãos de polícia e requer o engajamento dos líderes comunitários, ao passo que o policiamento comunitário relaciona-se às ações concretas praticadas pela polícia em prol da comunidade.
- 87** Os traços característicos de uma comunidade incluem o forte comprometimento com a solidariedade social, os relacionamentos interpessoais e a discussão e a solução de problemas comuns.

88 As atividades de policiamento comunitário devem ser realizadas por equipes de policiais distintas daquelas que realizam ações repressivas.

89 No estado do Ceará, cabe ao comandante da Polícia Militar indicar os membros dos Conselhos Comunitários de Defesa Social.

90 No programa Ronda do Quarteirão desenvolvido no estado do Ceará, as normas que são consideradas essenciais para o desenvolvimento de policiamento comunitário incluem reorientar as atividades de patrulhamento para atender a serviços não emergenciais, estimular a responsabilização das comunidades locais e descentralizar o comando.

91 A polícia do estado do Ceará foi pioneira no que diz respeito à associação das suas práticas operacionais aos princípios norteadores do policiamento comunitário.

Julgue os itens que se seguem, relativos à disciplina material bélico.

92 O revólver calibre 38, modelo 827s, é uma arma semiautomática que funciona mediante ação muscular do atirador.

93 A PM/CE adota como modelo padrão o revólver calibre 38, modelo 827s, e a pistola calibre .40, modelo PT 840, ambos fabricados pela Taurus.

94 Uma das principais regras de segurança no que se refere ao manuseio de arma de fogo é manuseá-la como se estivesse sempre carregada.

95 No manejo de uma pistola, ao puxar o ferrolho para trás até o seu batente e soltá-lo fazendo que um cartucho seja levado à câmara, realiza-se a operação de alimentar a arma.

96 O revólver calibre 38, a pistola calibre .40 e a espingarda calibre 12 são considerados armas de porte.

Ainda no que se refere à disciplina material bélico, julgue os itens a seguir.

97 Embora a carabina Taurus CT40 seja considerada uma arma leve, de fácil manejo, seu uso é vedado para a realização de trabalho policial em ambiente urbano.

98 Para a manutenção de uma pistola, recomenda-se tanto o uso de solvente quanto de óleo especificamente fabricado para uso em armas de fogo.

99 Quanto ao padrão de fabricação, as espingardas são classificadas em quatro gerações; a PM/CE tem, em seu acervo, as espingardas CBC 586.2 e a Boito, ambas de segunda geração.

100 Pelas suas características técnicas, o Fuzil IMBEL MD2, calibre 556, é classificado como uma arma de emprego coletivo.